



Plano de Recuperação Judicial Grupo San Roman

AALC Consultoria | Assessoria | Treinamento



Março de 2021



Grupo San Roman



Plano de Recuperação Judicial elaborado para apresentação no Processo de número 0006418-62.2020.8.16.0185, em trâmite na 2ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de Curitiba, Estado do Paraná, consoante a Lei nº 11.101/2005 em atendimento ao seu artigo nº 53 e seguintes.



Grupo San Roman

Sumário

Plano de Recuperação Judicial	1
1. CONSIDERAÇÕES.....	4
1.1. Definições.....	4
1.2. Regras de Interpretação	8
1.3. Objetivos Básicos deste Plano	9
2. SOBRE O GRUPO SAN ROMAN	12
3. ORIGEM DA CRISE.....	15
4. CONJUNTURA ECONÔMICA.....	18
5. NOSSA REESTRUTURAÇÃO	31
5.1. Departamento de Vendas e Locações	31
5.2. Administração e Finanças	31
5.3. Meios de Recuperação.....	32
6. PROPOSTA DE PAGAMENTO.....	34
6.1. Fluxo Programado de Pagamento.....	35
6.1.1. Classe I – Credores Trabalhistas.....	35
6.1.2. Classe II – Credores com Garantia Real.....	36
6.1.3. Classe III – Credores Quirografários.....	36
6.1.4. Classe IV – Credores ME e EPP	37
6.2. Evento de Liquidação	38
6.3. Credor Colaborativo	40
6.3.1. Credores Fornecedores	41
6.3.2. Credor Colaborativo Financeiro.....	42
6.4. Créditos não Sujeitos a Recuperação Judicial.....	43
7. CONDIÇÕES GERAIS DESTE PRJ.....	44
7.1. Dos Bens Abrangidos pelo Plano.....	44
7.2. Das Suspensões das Ações e Execuções dos Créditos Originários.....	44
7.3. Das Suspensões dos Efeitos Publicísticos e das Restrições Referente aos Créditos Originários ...	45
7.4. Da Nulidade Parcial	46
7.5. Local de Pagamento.....	46
7.6. Inadimplemento de Obrigações.....	48
7.7. Passivos Ilíquidos	48
7.8. Créditos de Partes Relacionadas e Empresas Coligadas	49
7.9. Alteração do Plano de Recuperação Judicial	49
7.10. Da Prevenção ao Pagamento em Duplicidade.....	49
7.11. Operações Societárias.....	50
7.12. Das Discussões Judiciais.....	51
7.13. Do Foro.....	51



1. CONSIDERAÇÕES

A Lei 11.101/2005 traz em seu artigo 47 a essência da recuperação judicial de empresas, cujo objetivo é a manutenção do negócio, da geração de riquezas e tributos, manutenção dos empregos dos trabalhadores, bem como o pagamento dos créditos devidos.

O presente Plano de Recuperação Judicial foi elaborado pela empresa de assessoria especializada AALC Consultoria, Assessoria e Treinamento Empresarial, assim como o Laudo de Avaliação Econômica e Financeira, dentro do prazo legal de sessenta dias, e permite a visualização detalhada do desempenho econômico e financeiro no período projetado e, naturalmente, sua viabilidade para realizar o pagamento do Passivo da Recuperação Judicial. O Laudo de Avaliação dos Ativos é parte integrante deste e foi produzido por empresa especialista na avaliação de ativos.

Os termos e expressões utilizados em letras maiúsculas ou não, sempre que mencionados, terão os significados que aqui lhes são atribuídos, sem prejuízo de que outros termos e expressões possam ser definidos no corpo deste instrumento. Tais termos serão utilizados, conforme apropriado, na sua forma singular ou plural, no gênero masculino ou feminino, em negrito ou não, sem que, com isso, percam o significado que lhes são atribuídos.

1.1. Definições

- I. A “Administrador judicial” ou “AJ”: conforme nomeação pelo MM Juízo da Recuperação (nos termos do Capítulo II, Seção III, da Lei de Recuperação de Empresas), que nomeou CBAJ COMPANHIA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL;
- II. “Aprovação do plano”: significa a aprovação da versão do plano de recuperação judicial que for apreciada, por parte dos credores, em assembleia geral de credores ou mediante a concessão da recuperação judicial pelo MM



Grupo San Roman

Juízo da recuperação, nos termos dos artigos 45 ou 58 da Lei de Recuperação Judicial (LRFE). A aprovação do plano poderá ser na forma exata, tal como apresentada, ou com quaisquer modificativos e alterações que venham a ser propostos pelo Grupo ou pelos credores;

- III. “Assembleia Geral de Credores” ou “AGC”: assembleia formada nos termos do Capítulo II, seção IV, da Lei 11.101/2005, a qual é composta pelos credores relacionadas no artigo 41 da LRFE;
- IV. “Créditos sujeitos”: Significam os créditos sujeitos ao processo de RJ, os quais serão novados e pagos conforme a disposição aplicável deste plano;
- V. “Créditos não sujeitos”: Significam os créditos enquadrados na forma do artigo 49, §3º e §4º, da LRFE;
- VI. “Créditos sujeitos”: Na forma do artigo 49 da Lei 11.101/2005, são todos os créditos existentes na Data do Pedido de Recuperação Judicial, ainda que não vencidos, com exceção dos créditos não sujeitos;
- VII. “Credores Classe I” ou “credores trabalhistas”: credores concursais titulares de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidente de trabalho, nos termos do artigo 41, inciso I, da LRFE;
- VIII. “Credores Classe III” ou “credores quirografários”: são os credores concursais titulares de créditos quirografários, tal como consta dos artigos 41, inciso III e 83, inciso VI, ambos da LRFE;
- IX. “Credores Classe IV” ou “credores ME/EPP”: credores concursais titulares de créditos quirografários que sejam qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, tal como consta nos artigos 41, inciso IV, e 83, inciso IV, ambos da LRFE;
- X. “Credores” ou “credores concursais”: são os credores titulares de créditos materializados ou contingentes, líquidos ou ilíquidos, existentes na Data do Pedido de Recuperação Judicial ou cujo fato gerador seja anterior ou



Grupo San Roman

coincidente com Data do Pedido, cujos créditos e direitos podem ser alterados pelo Plano, nos termos da LRFE. Tais Credores são divididos em quatro classes: Credores Trabalhistas, Credores com Garantia Real, Credores Quirografários e Credores ME/EPP), nos termos do artigo 41 da LRFE;

- XI. “Data do pedido”: é o dia 01 de novembro de 2020, data em que foi ajuizado o pedido de Recuperação Judicial;
- XII. “Data do deferimento”: é o dia 22 de dezembro de 2020, data em que o pedido de processamento da recuperação judicial foi deferido, na forma do artigo 52 da LRFE;
- XIII. “Data da aprovação”: é o dia em que for aprovado o Plano em Assembleia Geral de Credores;
- XIV. “Data da homologação”: é a data em que for proferida decisão concessiva da Recuperação Judicial pelo MM Juízo da Recuperação, nos termos do artigo 58, caput, e/ou, §1º da LRFE;
- XV. “Dia útil”: para fins deste PRJ, dia útil será todo e qualquer dia, que não seja sábado, domingo ou feriados nacionais, estadual ou municipal, no Curitiba/PR, ou que, por qualquer motivo, não haja expediente bancário no Município de Curitiba/PR;
- XVI. “GRUPO SAN ROMAN”: refere-se ao Grupo de Empresas que estão em recuperação Judicial, composto pelas empresas: CONSTRUTORA SAN ROMAN S.A., sociedade empresária inscrita no CNPJ/MF nº. 76.522.127/0001-32, Rua Monsenhor Celso, nº 231, 6º andar, bairro Centro, CEP 80.010-150, Curitiba/PR; MERCANTIL DE IMÓVEIS LTDA., sociedade empresária inscrita no CNPJ/MF nº. 76.036.052/0001-80, Rua Monsenhor Celso, nº 231, bairro Centro, CEP 80.010-150, Curitiba/PR; SEABASS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA., sociedade empresária inscrita no CNPJ/MF nº. 84.850.353/0001-70, Rua Monsenhor Celso, nº 231, 2º andar, bairro Centro, CEP 80.010-150, Curitiba/PR; CENTRO SECÚLO XXI S.A.,



Grupo San Roman

sociedade empresária inscrita no CNPJ/MF nº. 02.191.115/0001-36, Rua Monsenhor Celso, nº 231, bairro Centro, CEP 80.010-150, Curitiba/PR; ALGHERO CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade empresária inscrita no CNPJ/MF nº. 06.374.873/0001-40, Rua Monsenhor Celso, nº 231, conjunto 02, 2º andar, bairro Centro, CEP 80.010-150, Curitiba/PR; QUATRO VENTOS ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA., sociedade empresária inscrita no CNPJ/MF nº. 76.522.135/0001-89, Rua Monsenhor Celso, nº 231, bairro Centro, CEP 80.010-150, Curitiba/PR; RODANO PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade empresária inscrita no CNPJ/MF nº. 03.569.680/0001-57, Rua Marechal Deodoro, nº 51, bairro Centro, CEP 80.020-320, Curitiba/PR; NAZARE PLANEJAMENTO E VENDAS IMOBILIÁRIAS LTDA., sociedade empresária inscrita no CNPJ/MF nº. 13.007.176/0001-17, Rua Monsenhor Celso, nº 231, 2º andar, bairro Centro, CEP 80.010-150, Curitiba/PR; RIO MONDEGO ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade empresária inscrita no CNPJ/MF nº. 73.715.740/0001-88, Rua Monsenhor Celso, nº 231, conjunto 02, 2º andar, bairro Centro, CEP 80.010-150, Curitiba/PR; TAQUARI S.A., sociedade empresária inscrita no CNPJ/MF nº. 02.954.263/0001-65, Rua XV de Novembro, nº 172, CEP 80.020-320, Curitiba/PR;

- XVII. “Lei de Recuperação Judicial”, “Lei de Recuperação e Falência de Empresas” ou “LRFE”: é a Lei nº 11.101/2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária;
- XVIII. “Lista de Credores”, “Relação de Credores” ou “Rol de Credores”: refere-se, via de regra, à relação nominal dos credores vigente no momento de apresentação do Plano de Recuperação Judicial (PRJ), ou do pagamento. De acordo com o contexto ou momento no tempo a que se refira, pode significar do artigo 53, III, a de que trata o §2º do artigo 7º, ou, ainda, a que se refere o artigo 18, todos da LRFE;



Grupo San Roman

- XIX. “Plano” ou “Plano de Recuperação Judicial” ou “PRJ”: é o presente documento, que formaliza o Plano de Recuperação Judicial do GRUPO SAN ROMAN, abrangendo eventuais aditamentos, modificações e alterações;
- XX. “Recuperação Judicial” ou “RJ”: Processo nº 0006418-62.2020.8.16.0185, em trâmite perante o MM Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de Curitiba/PR;
- XXI. “Valor do Crédito” ou “Crédito”: diz respeito ao montante creditório, em sua respectiva moeda de origem, devidamente inscrito na Lista de Credores;
- XXII. “Juízo da Recuperação”: refere-se ao Meritíssimo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de Curitiba/PR;
- XXIII. “TR”: Taxa Referencial criada pela Lei nº 8.177/91, de 01.03.1991 e Resolução CMN – Conselho Monetário Nacional – nº 2.437, de 30.10.1997;
- XXIV. “Receita Líquida”: receita bruta menos os impostos sobre as vendas, as devoluções e os cancelamentos;
- XXV. “EBITDA” ou “LAJIDA”: *Earn Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization*, termo em inglês que significa Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre lucro, depreciação e amortizações;
- XXVI. “FCO”: Fluxo de Caixa Operacional.

1.2. Regras de Interpretação

- I. Cláusulas e Anexos. Exceto se especificado de forma diversa, todas as Cláusulas e Anexos mencionados neste instrumento referem-se a Cláusulas e Anexos deste Plano. Referências a cláusulas ou itens deste Plano referem-se também às respectivas sub-cláusulas, itens e subitens;



Grupo San Roman

- II. Títulos. Os títulos dos Capítulos e das Cláusulas deste Plano foram incluídos exclusivamente para referência e não devem afetar sua interpretação ou o conteúdo de suas previsões;
- III. Termos. Os termos “incluem”, “incluindo” e similares devem ser interpretados como se estivessem acompanhados da expressão, “porém não se limitando a”;
- IV. Referências. As referências a quaisquer documentos ou instrumentos incluem todos os respectivos aditivos, consolidações e complementações, exceto se de outra forma expressamente for previsto neste PRJ;
- V. Disposições Legais. As menções a disposições legais e leis devem ser interpretadas como referências a essas disposições, tais como, as vigentes nesta data ou em data que seja especificamente determinada pelo contexto;
- VI. Prazos. Todos os prazos previstos neste Plano serão contados na forma determinada no artigo 132 do Código Civil, desprezando-se o dia do começo e incluindo-se o dia do vencimento. Quaisquer prazos deste Plano cujo termo final caia em um dia que não seja um Dia Útil serão automaticamente prorrogados para o Dia Útil imediatamente posterior.

1.3. Objetivos Básicos deste Plano

O presente PRJ tem por objetivo demonstrar como o Grupo San Roman pretende superar as dificuldades econômicas e financeiras e garantir a continuidade dos negócios.

Foram analisados, dentre outros, a utilização dos ativos, estruturas organizacionais, administrativa, financeira, compras, análise mercadológica, plano estratégico para área de vendas, área comercial, custos variáveis e fixos e recursos humanos, para que a avaliação do desempenho financeiro forme a base norteadora das ações futuras. Os principais objetivos do Plano de Recuperação Judicial são:



Grupo San Roman

- I. Preservação da atividade econômica e social: garantir a sobrevivência do Grupo San Roman como fonte geradora de emprego e renda, tributos e riquezas;
- II. Interesse dos credores: atender o interesse dos credores no que diz respeito à liquidação dos créditos sujeitos e não-sujeitos aos efeitos da Recuperação Judicial, conforme os meios de pagamentos estabelecidos neste Plano;
- III. Causas da crise: entendimento das origens da crise econômica e financeira que o Grupo San Roman está enfrentando;
- IV. Reversão da crise econômica e financeira: Permitir a suspensão do estado de crise por meio da reestruturação do fluxo de caixa e do resultado econômico, além de viabilizar e promover a geração de caixa, necessária para liquidar os passivos sujeitos e não sujeitos ao processo de Recuperação Judicial;
- V. Reestruturação operacional: Promover a reorganização das atividades operacionais com o objetivo de maximizar a rentabilidade do negócio, por meio da execução do Plano de Melhorias Operacionais;
- VI. Viabilidade da Recuperanda: Apresentar as premissas, meios e formas de viabilização do negócio, estabelecendo condições viáveis com base no Laudo de Viabilidade Econômica e Financeira;
- VII. Necessidade de capital de giro: Apresentar e propor condições para novas captações de recursos como forma de suprir as necessidades de capital de giro.

Desta forma, a viabilidade não depende só da solução de seu endividamento, mas também, e fundamentalmente, de ações que visem à melhoria de



Grupo San Roman

seu desempenho. Sendo assim, as medidas identificadas estão incorporadas a um plano estratégico para os próximos exercícios.



Grupo San Roman

2. SOBRE O GRUPO SAN ROMAN

O grupo iniciou suas atividades na área de compra e venda de imóveis em Curitiba no ano de 1955.

Anos depois, em 1966, a empresa se associa a Construtora Veloso e Camargo, surgindo então a Paraná Incorporações e Construções Ltda., que passa a construir seus próprios empreendimentos tornando-se, ao longo dos anos seguintes, uma das maiores e melhores referências no segmento da construção civil, incorporações e venda de imóveis em Curitiba, sendo que na sua 20ª alteração contratual, em 2004, passou para a razão social de Construtora San Roman S/A.

A empresa Mercantil Materiais de Construção Ltda. foi concebida para operar na compra de materiais de construção direta das fábricas para fornecimento das obras do grupo e acabou proprietária de alguns terrenos como, por exemplo, aquele em que foi construído o belo empreendimento da incorporação Chácara Marumby, no Cabral, e, na sequência, também teve sua razão social alterada para Mercantil de Imóveis Ltda.

Assim, é possível dizer, desde aquela época, que San Roman e Mercantil mantinham atividades coordenadas.

A crise econômica do ano de 1998 atingiu duramente o setor da construção civil, atingindo as atividades dos empreendimentos do grupo que já estavam em curso.

Desde logo é importante anotar que não existe na história das empresas do grupo um único ato de má-fé, uso abusivo de personalidade jurídica, gestão temerária ou fraudulenta, desvio de patrimônio ou de ativos financeiros.

Ao contrário, a história é de luta para concretizar os compromissos assumidos e uma trajetória marcada pela boa-fé e compromisso com os clientes.



Grupo San Roman

Apenas para ilustrar a gravidade da crise econômica que atingiu o setor imobiliário naquele momento histórico, é possível enumerar algumas empresas construtoras e incorporadoras tradicionais mais representativas de Curitiba, cujas atividades foram seriamente comprometidas ou paralisadas: Cidadela; Moro; Hauer; Bermann; Casa Construção; M. A. Berger; Nave e Pasini além de várias outras de menor relevância. A falta de liquidez no mercado foi fatal.

O que ocorreu é de fácil compreensão, pois é fato público e notório que em razão da política monetária adotada no final do segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, com objetivo de baixar e estabilizar a inflação, o governo optou por reduzir drasticamente a oferta de crédito no sistema financeiro, principalmente do setor da construção civil, de modo que os recursos que permaneceram disponíveis estavam taxados com juros estratosféricos, de mais de 120% ao ano, inviabilizando as atividades das empresas brasileiras no setor.

Apesar disso, a San Roman seguiu e concluiu 72 empreendimentos ao longo de sua história, totalizando um número aproximado de 4.400 unidades em Curitiba, ou seja, mais de 429.000 (quatrocentos e vinte e nove mil) metros quadrados construídos, incorporados e entregues para seus clientes compradores, representando um valor patrimonial nos dias de hoje de mais de 3,4 bilhões de reais.

Reconhecida por seu compromisso social, a empresa San Roman foi pioneira do conhecido projeto de Alfabetização nas Obras, cujo objetivo era levar instrução formal e capacitação técnica aos operários, processo que inegavelmente ajudou a transformar a mão de obra do setor em Curitiba em uma das mais qualificadas do Brasil.

A empresa também participou da comercialização e planejamento de diversos empreendimentos que hoje são referências na cidade de Curitiba, tais como: Edifício Asa, Galeria Tijucas, Eldorado, Bourbon e Sumatra, além de outros importantes projetos.

Na ação da incorporadora pode ainda se citar a Galeria Ritz, Século XXI, os condomínios de prédios no Bairro Cabral, como Parque Residencial Pinheiros, as



Grupo San Roman

Chácaras Graciosa, Marumby e Juvevê, empreendimentos que valorizam a preservação e áreas verdes, dentre outros importantes prédios da cidade.



Grupo San Roman

3. ORIGEM DA CRISE

É fato que nenhuma empresa fica ativa por 65 anos, de atividades ininterruptas sem ter uma atuação correta, séria, honesta, de responsabilidade e que resulte em bons negócios para seus clientes, ainda mais num mercado de tanta responsabilidade e altos valores como o imobiliário.

No momento daquela crise em 1998 a empresa tinha 10 empreendimentos próprios em construção e uma obra por administração contratada, a saber: Edifício Ilhabelle; Edifício Ilha das Flores; Edifício Ilha de Manhattan; Edifício Olinda Strobel; Edifício Didi Caillet; Edifício Luiz Leão; Edifício Ilha da Madeira; Edifício Amazonas Marcondes; Edifício Piazza San Marco, Condomínio Villagio di Roma; Edifício Via Venetto, Condomínio Villagio di Roma II.

Com a compreensão do cenário tenebroso que avizinhava, a empresa convocou todos os clientes adquirentes das obras em andamento e, em assembleias específicas de cada empreendimento, expôs de modo aberto e transparente a situação delicada pela qual a empresa passava e sobre a necessidade de encontrar um caminho para a continuidade e conclusão das obras. Era preciso criatividade.

Os títulos de créditos dos compradores (os carnês das prestações) estavam sendo descontados em bancos a taxas abusivas e esse processo estava comprometendo duramente a capacidade de a empresa cumprir seus compromissos e os prazos de execução das obras, pois esses recursos eram utilizados para manutenção dos cronogramas das obras.

A empresa ajustou diretamente com os compradores para que suspendessem os pagamentos das prestações junto aos agentes financeiros até que se encontrasse uma solução negociada, optando claramente pela proteção dos interesses dos clientes.

Porém, essa conjuntura tornou inevitável o surgimento de ações judiciais contra a empresa San Roman, que seguiu atuando e que posteriormente foram atingindo



Grupo San Roman

as outras empresas do grupo e compõe quase que a totalidade do passivo que fará parte da recuperação, como se verá. Os contratos havidos com as instituições financeiras foram judicializados, devendo ser destacado que, neste ponto, além de se defender nas ações propostas pelas instituições financeiras, a San Roman também litiga com os bancos buscando a recuperação de valores pagos indevidamente, em decorrência das condições extorsivas que lhe foram impostas no momento de crise e que a conduziram para o descumprimento das obrigações com clientes.

Prova irrefutável do esforço das empresas está também estampada nas certidões negativas da Justiça do Trabalho, atestando o quase completo adimplemento das obrigações trabalhistas antigas, circunstância que permitiu a continuação das atividades das empresas autoras até os dias atuais, como se verá.

Não é preciso esforço maior para saber que o advento da pandemia do Covid19 agravou a situação das empresas do país e não poderia ser diferente com as requerentes, sendo público e notório a dificuldade de acesso a crédito e a retração no mercado imobiliário.

Em que pese o cenário atual de crise na economia global desde 2008, aprofundada a partir de 2014, com o alcance a todos os segmentos, agravada por força da pandemia da COVID-19, e mais profundamente no mercado interno, é certo dizer que dois dos vetores para retirar o país desse cenário são justamente os segmentos da incorporação/construção e imobiliário, sendo necessário, para tanto, que as empresas sejam preservadas.

Como visto ao longo do histórico narrado, os segmentos do ramo imobiliário e da construção civil são segmentos que historicamente foram a sustentação da economia brasileira e certamente na superação da crise atual isso não será diferente, fazendo com que cenário futuro no ramo das empresas requerentes permita vislumbrar a solução da situação que levou a esse pleito de recuperação judicial, para que futuramente possam sair ainda mais fortes de toda essa situação e, assim, auxiliar, dentro do cenário regional, a alavancar a retomada pós-crise da COVID-19.



Grupo San Roman

E nesse contexto um grupo de empresas como as que compõe o Grupo SAN ROMAN se mostram ainda mais relevantes. Somadas as empresas apresentam um quadro de quase 300 colaboradores, sendo aproximadamente 60 diretos e pouco mais de 200 indiretos, que realizam o atendimento de mais de 20.000 pessoas ao longo do ano, com procura de imóveis para locação e venda, efetivando uma média de 6.500 clientes, sendo: 2.928 clientes proprietários com relação direta de prestação de serviços para locação e venda de seus imóveis, além de 3.600 pessoas com imóveis alugados, o que gera o impacto em mais de 10.000 pessoas, ao se considerar uma utilização média de 3 pessoas por imóvel alugado.

Isto porque, com mais de 65 anos de tradição no mercado, o grupo das empresas requerentes possui potencial para superar a situação de momentânea crise econômico-financeira, seja por todo o conhecimento e expertise adquiridos ao longo dos anos, mas, especialmente pelos ativos imobiliários e a marca forte no mercado, que são certamente suficientes para a transposição desse momento de crise.

Além da clara existência de ferramentas e possibilidades para sair e superar esse momento, o pleito formulado pelas requerentes também se fundamenta no evidente intuito de permanecerem ativas no mercado, o que preenche o requisito do interesse social, não apenas por solucionar as pendências com os seus credores, mas também poder manter centenas de empregos direta e indiretamente vinculados a elas, o que demonstra o alcance dos princípios elencados no artigo 47, da Lei nº 11.101/2005.

Nestes termos, é certo que a Lei Recuperacional prioriza a manutenção das empresas potencialmente capazes de superar a situação de momentânea crise financeira, tal qual as empresas requerentes, apresentando diversas possibilidades de que tal situação ocorra, como bem delimitado pelo artigo 50 da Lei nº 11.101/2005:



Grupo San Roman

4. CONJUNTURA ECONÔMICA

Os dados referentes ao bimestre encerrado em novembro refletiram significativa redução do ritmo de crescimento da atividade econômica. Essa acomodação se verificou nos principais setores da economia: a indústria crescia, em média, 3,1% no bimestre encerrado em setembro, mas desacelerou para 1,2% no bimestre seguinte; o crescimento do comércio varejista arrefeceu, em média, de 1,7% para 0,3%, e o dos serviços de 2,6% para 2,2%, utilizando a mesma base de comparação. A perspectiva para dezembro também não é animadora. Nossas projeções apontam crescimento próximo de zero, quando comparado a novembro, nos principais setores da economia.

O Monitor do PIB/FGV registrou crescimento de 1,1% em novembro. A alta na margem refletiu uma aceleração do crescimento em relação ao registrado em outubro, mas também indica uma acomodação no final do ano, visto que o crescimento médio no bimestre encerrado em setembro havia sido de 1,6%, desacelerando para 0,8% no bimestre seguinte.

A redução do auxílio emergencial no último trimestre de 2020, a aceleração da inflação e o recrudescimento da pandemia são alguns fatores que devem ter contribuído para um menor ímpeto de consumo, tanto de bens quanto de serviços, no final do ano passado.

Diante dos dados referentes a outubro e novembro e de nossas expectativas para dezembro, projetamos crescimento do PIB de 1,9% na comparação com o terceiro trimestre e queda de 2,8% na comparação inter anual. Para o ano de 2020, nossa expectativa é de queda de 4,5%, que deve ser seguida de crescimento de 3,5% este ano.

Se, por um lado, os resultados referentes ao quarto trimestre se mostraram melhores do que antecipávamos no Boletim Macro de dezembro, quando esperávamos crescimento de 1,3% do PIB, por outro a desaceleração ao longo do primeiro semestre deste ano poderá ser mais intensa, o que nos levou a revisar nossa projeção de crescimento para 3,5% em de recuperação econômica vigente, o que pode



Grupo San Roman

levar ao retorno de medidas legais de restrição de circulação ou até mesmo a uma redução voluntária da mobilidade, prejudicando diversos segmentos, em especial o setor de serviços.

Pela ótica da oferta, as expectativas referentes ao quarto trimestre para todos os grandes setores da atividade melhoraram em relação ao mês passado. O principal destaque positivo ficou com a indústria, cuja projeção foi revista de -0,5% para 1,0%. Em grande medida, esse movimento altista se deve à indústria de transformação, que registrou crescimento melhor que o esperado em novembro, mas também às menores quedas na margem da construção civil e SIUP (eletricidade e outros).

Os principais destaques do PIB pela ótica da demanda foram as revisões na projeção de crescimento do investimento e das importações. No mês passado projetávamos que as importações cresceriam 7,1% em relação ao terceiro trimestre e que o investimento se retrairia em 2,3%, na mesma base de comparação. Essas projeções foram atualizadas para 34,8% no caso das importações, e para 10,5% no caso do investimento. Essas fortes revisões são explicadas pela importação de plataformas de petróleo em dezembro. Segundo os dados do ICOMEX, a importação de bens de capital cresceu 253,6% em dezembro, na comparação com o mesmo período do ano anterior, mas, ao excluir as plataformas de petróleo, esse crescimento seria de apenas 10,6%.

O consumo das famílias, por sua vez, deve crescer 1,8% no quarto trimestre, e se retraindo 6,0% no ano. O crescimento de 3,3% da massa ampliada de rendimentos foi fundamental para impulsionar o consumo de bens. Na ausência das políticas de estímulo implementadas pelo governo, teria havido queda de 5,7% da massa ampliada de rendimentos.

O crescimento ao longo de 2021 deve ficar concentrado no segundo semestre, enquanto na primeira metade do ano deve haver retração do PIB. Contudo, as incertezas a respeito da evolução da atividade econômica persistem diante do avanço do número de casos de Covid-19 no território nacional, da ausência das políticas de



Grupo San Roman

estímulo implementadas ao longo do ano passado e das incertezas quanto à evolução do processo de vacinação no país.

Os índices de confiança de empresas e consumidores mantiveram em dezembro a tendência de queda iniciada em outubro e fecharam o ano abaixo do nível considerado neutro (inferior a 100 pontos). O Índice de Confiança Empresarial (ICE) caiu 0,4 ponto, para 95,2 pontos, e o Índice de Confiança do Consumidor (ICC) recuou 3,2 pontos, para 78,5 pontos. Nos dois casos, a queda da confiança tem sido impulsionada pela piora das expectativas, embora os índices do presente também estejam sinalizando desaceleração no nível de atividade ao final do ano.

Chama atenção o descolamento de 16,7 pontos entre a confiança empresarial e do consumidor, a maior desde fevereiro de 2010. Naquele momento, outro período de retomada econômica, o descolamento pareceu ter sido uma decorrência da defasagem entre a percepção de melhora do ambiente negócios, pelos empresários, e a percepção de melhora do mercado de trabalho, pelos consumidores. Em outras palavras, os empresários de certa forma anteciparam a melhora de humor dos consumidores.

Em 2021, é difícil dizer se o caminho será semelhante. Além dos fatos que afetam a todos, como o cenário econômico desafiador e a incerteza com relação ao ritmo de atividade econômica, o consumidor está muito preocupado com os rumos da pandemia, com o fim do período de concessão de auxílio emergencial, com a inflação e, principalmente, com o mercado de trabalho. Exceto pela inflação, cuja tendência pode ser de desaceleração nos próximos meses, o destino das outras variáveis é incerto ou tende a ser desfavorável no primeiro semestre.

A preocupação com o mercado de trabalho se justifica. Além da corrente desaceleração da economia, o ritmo de novas contratações pode ser afetado nos próximos meses pelo fim do período de quarentena para as empresas que participaram dos programas emergenciais do governo para manutenção do emprego em 2020. Quesitos extraordinários adicionados às sondagens de dezembro mostraram que mais de 60% das empresas consultadas haviam adotado algum programa emergencial de



Grupo San Roman

manutenção do emprego. O risco é maior para o Setor de Serviços, especialmente os Prestados às Famílias, bastante sensível às restrições de circulação que podem retornar nesta segunda onda de Covid-19.

A evolução do mercado de trabalho deve ser bastante heterogênea em termos setoriais. No final de 2020, a indústria continuou sinalizando forte ritmo de atividade, otimismo em relação aos próximos meses e com previsões de contratações para os próximos três meses bem melhores que no mesmo período de 2019 (antes da pandemia). As do Comércio estão um pouco melhores, mas, assim como as da Construção, não muito distantes de 2019. Já nos Serviços, as perspectivas são bem menos favoráveis do que no período anterior à pandemia.

Apesar da perspectiva de início da campanha de vacinação no Brasil, o recrudescimento da pandemia e o fim do período de auxílios emergenciais adicionam muita incerteza ao cenário econômico. Consumidores voltam ao mercado de trabalho e percebem a grande dificuldade de se obter emprego. Houve desaceleração da atividade ao final do ano, que pode se intensificar neste primeiro trimestre de 2021. Na indústria, a recuperação se mantém e o setor deve seguir crescendo, até para repor estoques, e a despeito de problemas localizados de escassez de matéria primas. Nesse cenário, as empresas responderão a estímulos de demanda, mas tenderão a continuar cautelosas com relação a decisões de investimentos e contratações.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) divulgou sua edição de outubro, com uma inédita queda da taxa de desocupação desde 2019, de 14,6% para 14,3% (14,4% com ajuste sazonal), um movimento que surpreendeu positivamente, estando abaixo do esperado pelo Ibre/FGV (14,8%) e para o mercado. Para novembro, espera-se uma taxa de 13,9%, o que, com ajuste sazonal, representa estabilidade do indicador em relação ao mês anterior.

O mês de outubro, na série oficial do IBGE, aparenta mostrar certa aceleração da recuperação no mercado de trabalho, com alta de 2% da população ocupada em relação ao mês anterior. No entanto, tal resultado é fortemente influenciado pelo caráter de suavização dos trimestres móveis da pandemia Contínua, tendo em vista



Grupo San Roman

que os últimos três meses da série foram os primeiros, desde o início da pandemia, com variação positiva, evidenciada na série mensalizada (seguindo a metodologia do Banco Central). Essa coincidência, portanto, teve como consequência a indução de um crescimento maior no último trimestre móvel por efeito estatístico. A magnitude do crescimento mensal, no entanto, vem caindo desde agosto. Em relação a novembro, a pandemia Covid-19 aponta nova desaceleração.

Desagregando as tendências da população ocupada por setor, percebe-se que os formais tiveram menor queda e recuperação mais rápida entre julho e setembro – movimento interrompido no último mês. Já os informais tiveram maior redução do contingente de ocupados até junho, além de altas menores até que, em outubro, foi registrada grande elevação, de mais de 2 milhões de ocupados, tendo sido esse setor o único responsável pela variação positiva desse período.

O movimento ainda é coincidente com a forte queda do volume de transferências do auxílio emergencial, tal como mostra a pandemia Covid-19, ao passo que um contingente maior de beneficiários passou da sua última parcela de R\$ 600 para as últimas de R\$ 300. Ainda que não se possa estabelecer qualquer nexo causal com tal conjunto de dados, é possível que, tendo em vista a maior flexibilidade do mercado de trabalho informal – especialmente aquele composto por ocupados por conta própria, a redução do auxílio emergencial tenha tido importante papel na recuperação desse segmento de trabalhadores, cuja ocupação depende quase exclusivamente da própria participação na força de trabalho.

Tendo em vista as novas reduções esperadas do volume de transferências do auxílio emergencial nos meses seguintes, além do seu fim em janeiro de 2021, podem se esperar novas altas da população ocupada do setor informal. No entanto, tal movimento pode ser limitado pela capacidade de absorção do mercado de trabalho de ocupados por conta própria, concentrado principalmente nos setores de pequenos comércios e serviços tradicionais. O emprego formal, por sua vez, tendo seu nível estagnado entre setembro e outubro na pandemia contínua, pode apresentar novas altas até o fim do ano, mas será limitado no início de 2021 pela segunda onda, tendo em



Grupo San Roman

vista sua maior sensibilidade às restrições legais às atividades econômicas, principalmente de serviços.

Desse modo, espera-se um aumento da população ocupada em 2021 de 1,2% (frente à queda projetada de 7,9% em 2020). A taxa de desocupação deverá ter uma média anual de 15,3% este ano. Desse modo, apesar da alta da população, a taxa de desocupação estaria quase dois pontos percentuais acima do provável nível médio a ser registrado em 2020.

O Caged, por sua vez, registrou a abertura de 414 mil postos de trabalho com carteira assinada equivalente a 396,5 mil postos na série dessazonalizada, influenciada por nova elevação do número de admissões, que mais uma vez ultrapassou o do mesmo mês de 2019. Para novembro, espera-se redução de 188 mil empregos, o que significaria uma criação de 206 mil postos com ajuste sazonal.

O aumento dos preços dos alimentos e da energia (via prática da bandeira vermelha patamar 2) elevou a inflação no último mês do ano e contribuiu para que o IPCA fechasse 2020 com alta acumulada de 4,5%, acima da meta de inflação.

A contribuição dos alimentos, ainda que a taxa do grupo tenha registrado desaceleração na passagem de novembro para dezembro (2,5% para 1,7%), foi decisiva para que o IPCA ficasse acima da meta de 4% em 2020.

A influência dos alimentos foi destacada, pois mesmo que não tivesse ocorrido alteração da bandeira tarifária em dezembro, o IPCA teria subido 1%, o suficiente para fazê-lo fechar o ano com alta acumulada de 4,1%, um pouco maior que a meta.

Como visto, a inflação de 2020 foi muito influenciada pelo comportamento do grupo alimentação e bebidas, que respondeu por 60% da inflação acumulada no ano. Em 12 meses, o preço da alimentação no domicílio, grupo majoritariamente composto por itens adquiridos em supermercados subiu 18,2%.

Ainda que a inflação de 2020 tenha ficado muito concentrada em alimentos, o índice de difusão subiu gradualmente por todo segundo semestre, passando

Grupo San Roman

de 54% em julho para 72% em dezembro, mostrando que a inflação estava se espalhando timidamente para outras classes de despesa.

As taxas de variação acumuladas em 12 meses de serviços livres (de 0,9% em agosto para 1,7% em dezembro), bens duráveis (0% em agosto para 4,5% em dezembro), bens semiduráveis (de -1,7% em agosto para -0,1% em dezembro) e preços monitorados (de 1,1% em agosto para 2,6% em dezembro) apresentaram consecutivos avanços no segundo semestre. Apesar disso, quase todos os grupos registraram aumentos comedidos, acumulando taxas iguais ou abaixo da inflação de 4,5% do IPCA cheio em 2020. Somente a taxa de bens não duráveis, grupo composto majoritariamente por alimentos, ficou muito acima da inflação média, acumulando alta de 13,2% no ano.

Para 2021, segundo Boletim Focus do Bacen, as previsões do mercado financeiro antecipam IPCA em torno de 3,4%, número abaixo da meta de inflação estabelecida para o ano, que é de 3,75%.

Apesar das previsões abaixo da meta para o IPCA, pressões inflacionárias em torno de insumos importantes para a atividade produtiva permanecem. As duas prévias do IGPM de janeiro mostraram aceleração dos preços ao produtor. Commodities agrícolas e industriais, que pressionaram as cadeias produtivas em 2020, devem voltar a registrar aumento no primeiro trimestre de 2021, o que pode impulsionar o IPCA para além do patamar previsto pelo mercado financeiro este ano.

No mercado internacional, os preços em dólar de commodities agrícolas importantes subiram expressivamente nos primeiros quinze dias de 2021: trigo (5,3%), soja (7,9%) e milho (9,9%). Tais movimentos começam a provocar novo ciclo de aceleração do índice ao produtor, de acordo com os resultados das duas prévias do IPA-M de janeiro. Commodities metálicas seguem tendência semelhante, principalmente o minério de ferro, que segundo fonte internacional, registrou alta de 7,8% no mesmo período.

Os aumentos registrados nos preços dos grãos também afetam as rações, que, por sua vez, tendem a pressionar os preços das carnes. De acordo com a segunda prévia do IPA-M de janeiro, os preços de animais vivos (bovinos, suínos e aves)

Grupo San Roman

estão registrando queda. No entanto, essa tendência pode mudar nas próximas apurações.

Apesar das pressões que começam a influenciar a inflação ao produtor, o Monitor da Inflação Oficial da FGV IBRE antecipa que as taxas do IPCA de janeiro e fevereiro podem ser de aproximadamente 0,25% e 0,35%, números próximos das estimativas já previstas pelo mercado financeiro.

A explicação para taxas bem-comportadas está na queda de braço entre o aumento dos preços das commodities e o fim do auxílio emergencial. Ainda é cedo para determinar qual desses dois fatores exercerá maior influência sobre a tendência de curto prazo da inflação, mas certamente 2021 exigirá maior atenção da política monetária. Observar o espalhamento das pressões inflacionárias – monitorando o índice de difusão e as medidas de núcleo de inflação será fundamental para determinar o exato momento em que caberá elevar a taxa de juros, sem que isso comprometa a retomada da atividade econômica.

Como se sabe, na reunião do Copom de agosto do ano passado, os dirigentes do Banco Central introduziram formalmente a ideia de forward guidance (FG). Por esse novo instrumento, o BC sinalizou que não pretendia reduzir o grau de estímulo monetário, não descartando a possibilidade de promover queda adicional da taxa Selic. Em outras palavras, o guidance envolvia uma espécie de “viés de baixa” dos juros de política monetária. Tudo dependente de determinadas condições permanecerem satisfeitas.

Na reunião de dezembro, os dirigentes do BC afirmaram que, naquele ponto do tempo, as condições para a manutenção de sua “prescrição futura” mantinham-se atendidas. Explicaram que, “em particular para o ano de 2021, as expectativas de inflação, assim como as projeções de inflação de seu cenário básico, permanecem abaixo da meta de inflação para o horizonte relevante de política monetária; o regime fiscal não foi alterado; e as expectativas de inflação de longo prazo permanecem ancoradas.”



Grupo San Roman

Mais adiante, o documento do BC deixou claro que, em pouco tempo, o ano calendário de 2021 perderia importância como referência para as ações do BC. Em outras palavras, o ano de 2022 adquiriria importância crescente, logo se tornando a referência relevante. O fato de que as expectativas e projeções de inflação para 2022 já se mostravam em torno da meta significava, então, que em pouco tempo as condições para a manutenção do FG deixariam de estar presentes.

Tal sinalização veio acompanhada da advertência de que eventual retirada do FG não acarretaria uma reação mecânica do BC no sentido de elevação da taxa Selic. Afinal, a conjuntura econômica continuava sugerindo extraordinário estímulo monetário. Sem o FG, a política monetária seguiria o receituário clássico do regime de metas, ou seja, teria por base análise da inflação prospectiva e seu balanço de riscos.

Por certo, não tardaram a surgir especulações sobre a retirada do FG já na primeira reunião do Copom do novo ano. O forte choque inflacionário experimentado pela economia ao longo do segundo semestre de 2020 alimentava tais especulações.

O primeiro encontro do ano foi precedido de muita discussão sobre alguns pontos relevantes relacionados com a decisão a respeito do FG. Os mais importantes aspectos então levantados talvez tenham sido os que menciono a seguir.

Primeiro, o fato de que, embora estável por um bom tempo, a mediana das expectativas Focus foi ajustada no sentido de alta, comparativamente a uma semana atrás. No grupo dos top 5, a alta foi mais acentuada, tendo a previsão se elevado para 3,75%.

Segundo, houve arrefecimento da tendência altista dos preços no nível do produtor, em especial no segmento agro. Contudo, o ritmo de evolução dos IPAs permanece elevado, sendo boas as chances de, no final do janeiro, indicarem alta de em torno de 2,8%, ao mês, tanto no caso dos produtos industriais, quanto no caso do IPA-agrícola.

Terceiro, o fato de que a inflação em 2020 foi superior ao que o BC previra possivelmente foi visto por muitos analistas como sinal de que as novas



Grupo San Roman

projeções oficiais viriam mais “salgadas” do que as anteriores. Na verdade, no decorrer de todo o segundo semestre de 2020, o próprio mercado subestimou a inflação mensal, de modo sistemático e crescente. Referimo-nos às estimativas com um mês de defasagem, divulgadas na pesquisa Focus.

Diante disso, para muitos, a habitual revisão das projeções oficiais poderia indicar níveis projetados de inflação muito próximos das metas oficiais. Lembre-se que, atualmente, ou seja, neste primeiro trimestre do ano, o BC trabalha com a ideia de que a meta de inflação relevante envolve atribuir pesos distintos para 2021 e 2022, sendo três quartos (3/4) para o próximo ano e um quarto (1/4) para 2021. O alvo agora seria, portanto, 3,56%. A partir do segundo trimestre, importará apenas a meta para 2022.

A divulgação do comunicado do Copom referente à primeira reunião do ano, encerrada na quarta-feira dia 20, mostra o quanto era pertinente a preocupação com o ajuste para cima das projeções oficiais de inflação, calcadas no cenário básico. Os novos números geram uma média ponderada pelo critério acima explicitado de 3,45%, número esse bem perto dos tais 3,56%. Com isso, os dirigentes do BC concluíram que as projeções “estão suficientemente próximas” das metas de inflação para o horizonte relevante de política monetária. Fiel ao critério largamente sinalizado para o mercado, o BC abandonou o forward guidance.

Doravante, diz o BC, as próximas ações de política monetária seguirão “a análise usual do balanço de riscos para a inflação prospectiva”. No exame do referido balanço, o BC permanece vendo fatores de risco em ambas as direções. Embora a conclusão continue indicando um viés altista da inflação, comparativamente ao projetado, a fraqueza da economia neste início de ano muito possivelmente fará com que o BC seja bastante cauteloso, evitando eventual movimento precipitado de alta da Selic. A fraqueza da economia poderá persistir por pelo menos todo o primeiro semestre.

Em 2020, o superávit da balança comercial foi de US\$ 50,9 bilhões, o valor do investimento estrangeiro no país foi de US\$ 33 bilhões (jan-novembro) e o PIB deverá recuar em 4,7%, segundo a projeção do Boletim Macro do Ibre. Nesse cenário,



Grupo San Roman

o único resultado animador foi o superávit comercial, que contribuiu para a queda do déficit em conta corrente num momento de retração da entrada de capital no país.

A recessão global provocada pela pandemia levou à queda do volume no comércio mundial de mercadorias. Segundo estimativas da Organização Mundial do Comércio (OMC), o volume do comércio mundial irá recuar 9,2% em 2020 em relação a 2019. Esse número, porém, pode ser revisto para baixo, pois não incorporou os novos lockdowns com a segunda onda da pandemia. Independente dessa revisão, o efeito comum da pandemia no comércio de todos os países foi de retração nas exportações e importações. No entanto, a magnitude desses recuos depende da estrutura da pauta de comércio exterior dos países. Aqui tratamos apenas do comércio de mercadorias e, nesse caso, o Brasil se destaca pela composição das suas exportações concentrada em commodities direcionadas para a China.

Para o superávit da balança comercial de US\$ 50,9 bilhões, a China contribuiu com US\$ 33,6 bilhões. Observa-se que, entre os nossos principais parceiros, a contribuição dos Estados Unidos foi negativa e a da União Europeia, com saldo positivo de US\$ 1,5 bilhão, foi inferior à dos países da América do Sul (inclusive Argentina), no valor de US\$ 6 bilhões, e do restante da Ásia (US\$ 9,7 bilhões).

Ressalta-se que a China e os demais países asiáticos foram os únicos a registrarem variação positiva no volume exportado pelo Brasil no ano de 2020. Para os outros principais parceiros do Brasil, as vendas externas brasileiras recuaram entre 2019 e 2020. O desempenho favorável para o mercado asiático levou a que a participação dessa região no total das exportações brasileiras atingisse 47,2%, sendo o percentual da China de 32,3%. A parcela da China superou a soma dos percentuais da União Europeia (13,5%) e dos Estados Unidos (10,2%).

No caso das importações, a participação da China (21,4%) é maior que a dos Estados Unidos (15,2%) e da União Europeia (16,9%), separadamente. Se observamos, porém, a participação da Ásia (33,4%), esta superou a soma dos dois maiores parceiros do Brasil, depois da China.



Grupo San Roman

O aumento do volume exportado para a Ásia não foi o suficiente para compensar o recuo observado nos outros mercados. Em termos de valor, as exportações recuaram 6,9% e as importações, 10,4%. A melhora no saldo comercial, portanto, deve-se mais à queda nas importações impulsionada pela recessão do que ao desempenho das exportações.

A análise dos índices de comércio exterior mostra, porém, que o maior recuo nas importações foi liderado pela queda dos preços. Com a inclusão das plataformas de petróleo, o volume exportado caiu 8,8% e o das importações, 3,1%. Com a exclusão das plataformas, a diferença entre os dois volumes diminui: exportações (-7,6%) e importações (-7,0%). A recessão mundial puxou para baixo os preços dos produtos importados. Os preços exportados, porém, caíram menos, o que é explicado pela demanda chinesa, que sustentou e contribuiu para a alta das commodities.

As incertezas associadas à pandemia ainda não foram dissipadas no cenário mundial e no Brasil. Alguns pontos, porém, sugerem condições positivas para as exportações brasileiras.

O primeiro se refere ao aumento nos preços das commodities, que já começou a ser observado no segundo semestre de 2020 e se refletiu na melhora dos termos de troca, a partir de julho do ano passado. Os investimentos chineses em novos projetos de infraestrutura demandaram compras de minério de ferro e cobre. Ademais, os preços de alguns produtos alimentícios, como soja, carne e trigo, subiram com as retrações de oferta devido a secas e aos efeitos que ainda perduraram da crise suína na China. Observa-se que a vitória de Biden poderá intensificar as políticas expansionistas e, com elas, o enfraquecimento do dólar, que sempre é acompanhado do aumento dos preços de commodities.

A melhora nos termos de troca, associada aos preços de commodities, também ajuda as exportações brasileiras de manufaturas para os parceiros sul-americanos exportadores de matérias primas.

Mas para que o Brasil continue sendo um dos líderes nas vendas de commodities, especialmente agrícolas, o governo deve priorizar sua política ambiental e



Grupo San Roman

climática. Além de Emmanuel Macron, o presidente francês, o presidente norte-americano Joe Biden também deverá focar na pauta ambiental, assim como a China.

O segundo ponto positivo para as exportações brasileiras se refere à desvalorização da taxa de câmbio real, de 41% entre dezembro de 2019 e outubro de 2020, que favoreceu as exportações, inclusive da indústria de transformação, que registou variações interanuais positivas a partir de novembro de 2020.

O câmbio da moeda brasileira continuou instável entre outubro e dezembro de 2020, e a taxa efetiva real valorizou-se 9,2%. Essa valorização não criou um viés anti-exportador, mas, para as decisões do comércio exterior, muita volatilidade cambial não é bem vinda. Não fazemos projeções, mas chamamos atenção de que fatores domésticos associados ao desempenho do governo no programa de vacinação e ao avanço ou não das reformas tributária, administrativa, além de questões políticas, poderão ou não contribuir para um acirramento da instabilidade cambial.

Do lado das importações, na comparação interanual de dezembro, aumento em todas as categorias de uso da indústria, sinal de retomada do nível de atividade da economia. A projeção para o crescimento do PIB para 2021 do Relatório Focus é de 3,4% (8/01/2021) e a do IBRE é de 3,6% (dezembro 2020). Se corretas as projeções, será esperado um aumento das importações, na hipótese de um cenário de estabilidade cambial.

As condições são muito incertas. O fato a destacar é que existe um possível cenário externo positivo, se a pandemia começar a ser controlada. No front doméstico, porém, as incertezas políticas e sobre o rumo das reformas econômicas influenciam o câmbio, e a deterioração nas relações comerciais com os principais parceiros pode prejudicar as exportações brasileiras. De qualquer forma, num primeiro momento, esperamos que a balança comercial continue contribuindo positivamente para a redução do déficit em conta corrente. Num cenário otimista (externo e doméstico), a balança comercial poderia chegar a um superávit ao redor de US\$ 50 bilhões. (FGV/IBRE, Janeiro de 2021).



5. NOSSA REESTRUTURAÇÃO

A reestruturação do GRUPO SAN ROMAN teve início antes mesmo do ingresso da ação de Recuperação Judicial, pois os sinais estavam apresentando-se e o cenário de crise já estava instaurado, sendo necessária a ação de medidas emergenciais em razão da gravidade da situação, a fim de resolver o desencaixe financeiro gerado ao longo dos últimos dois anos principalmente.

Algumas dessas ações, embora ainda recentes, já atingiram resultados importantes, e readequar todos os setores da empresa será uma constante até que a situação de crise seja superada e a normalidade volte a prevalecer.

A busca por melhores margens em todos os produtos comercializados será o ponto alto nos resultados, inclusive com revisão da carteira de pedidos. Mesmo com o ingresso da RJ as vendas têm tendência de manterem seus patamares históricos, o que será de extrema importância para a recomposição do fluxo de caixa.

5.1. Departamento de Vendas e Locações

Os principais esforços, para garantir e melhorar as receitas do Grupo estão voltados principalmente para o departamento de vendas e locações de imóveis. Equipe qualificada, treinamento intenso e definição clara dos objetivos a serem alcançados serão os pilares para que a recuperação seja plena.

5.2. Administração e Finanças

Nos setores administrativo e financeiro foram realizados ajustes que visam principalmente a otimização da estrutura de pessoal e à redução de despesas na área operacional e administrativa, que irá proporcionar reflexo direto no fluxo de caixa e contribuirá para completa superação da atual situação de crise.



Grupo San Roman

Fortalecer a política de recursos humanos é outro ponto de destaque e prevê melhorias no processo de seleção, treinamento e valorização social e profissional dos colaboradores internos, reduzindo o turnover e, por consequência, os custos de pessoal.

As novas diretrizes da administração darão o suporte necessário para todos os setores do GRUPO SAN ROMAN e serão complementadas inclusive com a possibilidade de reorganização do organograma para que todas as premissas do planejamento possam ser cumpridas.

No setor financeiro está sendo implantado o Plano Orçamentário com revisões periódicas suportado por relatórios gerenciais de análise de resultados econômico e financeiro. O FCP (Fluxo de Caixa Projetado) está sendo alinhado com a consolidação das informações das contas a receber, contas a pagar e tesouraria. Buscar melhores taxas nas novas operações financeiras será uma constante, contribuindo de forma significativa para a melhora do resultado líquido e garantindo o capital de giro na medida certa. Já o setor de controladoria interna está na busca de aperfeiçoar os controles e gerar mais informações para a gestão.

5.3. Meios de Recuperação

Fundamentado no artigo 50 da Lei 11.101/2005, o GRUPO SAN ROMAN busca especialmente, dentre outros, os seguintes meios de recuperação:

- “CONCESSÃO DE PRAZOS E CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA PAGAMENTO DAS OBRIGAÇÕES VENCIDAS OU VINCENDAS”. (Lei 11.101/2005, artigo 50, Inciso I);
- “EQUALIZAÇÃO DE ENCARGOS FINANCEIROS RELATIVOS A DÉBITOS DE QUALQUER NATUREZA, TENDO COMO TERMO INICIAL A DATA DA DISTRIBUIÇÃO DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, APLICANDO-SE INCLUSIVE AOS CONTRATOS DE CRÉDITO RURAL, SEM PREJUÍZO DO DISPOSTO



Grupo San Roman

EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA". (Lei 11.101/2005, artigo 50, Inciso XII);

- "CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO PARA ADJUDICAR, EM PAGAMENTO DOS CRÉDITOS, OS ATIVOS DO DEVEDOR". (Lei 11.101/2005, artigo 50, Inciso XVI);

Entretanto, além dos meios mencionados anteriormente, o GRUPO SAN ROMAN poderá utilizar quaisquer outros meios de recuperação propostos pelo legislador na LRFE.



Grupo San Roman

6. PROPOSTA DE PAGAMENTO

Para facilitar o entendimento da presente proposta de pagamento aos credores, o Plano de Pagamento é apresentado da seguinte forma:

- a) **Fluxo Programado de Pagamento:** Esta proposta apresenta as condições de pagamento por meio de desembolsos de caixa programados para todas as classes de credores, e é compromisso assumido pelo GRUPO SAN ROMAN, não obrigando, entretanto, as demais condições de pagamentos abaixo, que são opcionais;
- b) **Evento de Liquidação:** O GRUPO SAN ROMAN se reserva ao direito de, quando houver saldo de fluxo de caixa, e a seu exclusivo critério, convocar os Credores para participar desta modalidade de pagamento, a fim de reduzir o prazo de pagamento proposto no Plano. Os Credores interessados em participar e que concederem os maiores descontos terão seus créditos satisfeitos na forma de prego;
- c) **Credor Colaborativo:** Adicionalmente e de forma optativa, os credores que desejarem contribuir com a recuperação do GRUPO SAN ROMAN poderão aderir a esta modalidade de aceleração de pagamento através da concessão de crédito novo, cuja característica é não sujeita a RJ, e como contrapartida, o credor poderá reverter parcial ou totalmente eventuais deságios, e/ou reduzir o prazo de pagamento previsto no item “a” supra.

O GRUPO SAN ROMAN apresentou na instrução do pedido de Recuperação Judicial, conforme preconiza o artigo 51 da Lei 11.101/2005, a relação de credores, individualizada por Classe de Crédito e com os valores existentes no dia do pedido de Recuperação Judicial:



Grupo San Roman

Quadro de Credores		
Classe de Credor	Número de Credores	Valor (R\$)
Classe I - Trabalhista	15	995.013,63
Classe III - Quirografário	121	35.594.959,11
Classe IV - ME e EPP	18	229.219,29
Total Geral	154	36.819.192,03

Fonte de Dados: Lista de Credores do Processo de RJ. (Valores em R\$)

A relação de credores poderá ser modificada pela análise das divergências que serão apresentadas pelos credores ao Administrador Judicial. Em um segundo momento, se houver, pelas impugnações de crédito no processo de RJ. O GRUPO SAN ROMAN não possuía dívida com Garantia Real e créditos em moeda estrangeira.

6.1. Fluxo Programado de Pagamento

6.1.1. Classe I – Credores Trabalhistas

Essa classe de crédito abrange especificamente de todos os titulares de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho, conforme artigo 41, inciso I, da Lei 11.101/2005.

Portanto, consoante ao artigo 54¹ da Lei 11.101/2005, o GRUPO SAN ROMAN tem a obrigação de efetuar o pagamento integral dos créditos até o 12º (décimo segundo) mês após a data da homologação Judicial do PRJ aprovado na AGC.

¹ Art.º 54. O plano de recuperação judicial não poderá prever prazo superior a 1 (um) ano para pagamento dos créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho vencidos até a data do pedido de recuperação judicial.

Parágrafo único. O plano não poderá, ainda, prever prazo superior a 30 (trinta) dias para o pagamento, até o limite de 5 (cinco) salários mínimos por trabalhador, dos créditos de natureza estritamente salarial vencidos nos 3 (três) meses anteriores ao pedido de recuperação judicial.

Grupo San Roman

Créditos Equiparados: Os créditos equiparados à Classe I – Trabalhista, leia-se, aqueles que não sejam derivados da relação de trabalho diretamente, nem decorrentes de acidente de trabalho, receberão, até o limite de 150 (cento e cinquenta) salários mínimos (base nacional) de acordo com os termos deste PRJ para a Classe I. Os pagamentos sujeitos a esta classe ocorrerão conforme citado anteriormente, e o valor do saldo superior a 150 (cento e cinquenta) salários mínimos, quando existente, será pago conforme proposta da Classe III – Quirografários. Neste caso, também estarão inclusas verbas sucumbenciais originadas em ações cujo fato gerador (o crédito discutido) esteja sujeito à RJ.

6.1.2. Classe II – Credores com Garantia Real

Quando da elaboração deste Plano de Recuperação Judicial não foram evidenciados créditos com características de Garantia Real (Classe II). Todavia, caso por decisão superveniente, administrativa ou judicial que reconheça créditos com tal natureza, estes receberão nos mesmos termos da proposta de pagamento apresentada para os Credores Quirografários (Classe III).

6.1.3. Classe III – Credores Quirografários

Os créditos relacionados nesta Classe de Credor, com privilégio especial, privilégio geral ou subordinados, estão assim classificados, conforme estabelece o artigo 41, inciso III, da Lei 11.101/2005. Para esses créditos, são propostas as seguintes condições para pagamento:

- a) Deságio de 80% do valor total dos créditos constantes na relação de credores apresentada pelo GRUPO SAN ROMAN, no segundo edital do Administrador Judicial, ou decisão judicial que vier a alterar ou incluir o crédito;
- b) Após a aplicação do deságio, mencionado no item “a” anterior, incidirá correção pela Taxa Referencial “TR”, sobre o valor de cada parcela, com data inicial no primeiro dia útil após a homologação do



Grupo San Roman

PRJ aprovado na AGC e data final o dia de vencimento de cada parcela;

- c) Após a aplicação do deságio, mencionado no item “a” anterior, serão calculados juros simples de 2% a.a., sobre o valor de cada parcela, com data inicial no primeiro dia útil após a homologação do PRJ aprovado na AGC e data final o dia de vencimento de cada parcela;
- d) Haverá carência de principal e juros de 20 meses e será fixada a data inicial para cômputo do período de carência o primeiro dia útil após a data da homologação do PRJ aprovado na AGC;
- e) O saldo devedor após aplicação do deságio, será amortizado em 25 parcelas anuais, com fluxo crescente, conforme indicado na tabela a seguir.

Cronograma de Amortizações Classe III									
Período	% Amort.	Período	% Amort.	Período	% Amort.	Período	% Amort.	Período	% Amort.
Ano 1	2,0%	Ano 6	3,0%	Ano 11	4,0%	Ano 16	5,0%	Ano 21	6,0%
Ano 2	2,0%	Ano 7	3,0%	Ano 12	4,0%	Ano 17	5,0%	Ano 22	6,0%
Ano 3	2,0%	Ano 8	3,0%	Ano 13	4,0%	Ano 18	5,0%	Ano 23	6,0%
Ano 4	2,0%	Ano 9	3,0%	Ano 14	4,0%	Ano 19	5,0%	Ano 24	6,0%
Ano 5	2,0%	Ano 10	3,0%	Ano 15	4,0%	Ano 20	5,0%	Ano 25	6,0%

6.1.4. Classe IV – Credores ME e EPP

Os créditos relacionados nesta Classe de Credor estão assim classificados, conforme estabelece o artigo 41, inciso IV, da Lei 11.101/2005. (Inciso acrescido pela Lei Complementar nº 147, de 07/08/2014). Para esses créditos, são propostas as seguintes condições para pagamento:

- a) Deságio de 80% do valor total dos créditos constantes na relação de credores apresentada pelo GRUPO SAN ROMAN, no segundo edital

Grupo San Roman

do Administrador Judicial, ou decisão judicial que vier a alterar ou incluir o crédito;

- b) Após a aplicação do deságio, mencionado no item “a” anterior, incidirá correção pela Taxa Referencial “TR”, sobre o valor de cada parcela, com data inicial no primeiro dia útil após a homologação do PRJ aprovado na AGC e data final o dia de vencimento de cada parcela;
- c) Após a aplicação do deságio, mencionado no item “a” anterior, serão calculados juros simples de 2% a.a., sobre o valor de cada parcela, com data inicial no primeiro dia útil após a homologação do PRJ aprovado na AGC e data final o dia de vencimento de cada parcela;
- d) Haverá carência de principal e juros de 20 meses e será fixada a data inicial para cômputo do período de carência o primeiro dia útil após a data da homologação do PRJ aprovado na AGC;
- e) O saldo devedor após aplicação do deságio, será amortizado em 25 parcelas anuais, com fluxo crescente, conforme indicado na tabela a seguir:

Cronograma de Amortizações Classe IV									
Período	% Amort.	Período	% Amort.	Período	% Amort.	Período	% Amort.	Período	% Amort.
Ano 1	2,0%	Ano 6	3,0%	Ano 11	4,0%	Ano 16	5,0%	Ano 21	6,0%
Ano 2	2,0%	Ano 7	3,0%	Ano 12	4,0%	Ano 17	5,0%	Ano 22	6,0%
Ano 3	2,0%	Ano 8	3,0%	Ano 13	4,0%	Ano 18	5,0%	Ano 23	6,0%
Ano 4	2,0%	Ano 9	3,0%	Ano 14	4,0%	Ano 19	5,0%	Ano 24	6,0%
Ano 5	2,0%	Ano 10	3,0%	Ano 15	4,0%	Ano 20	5,0%	Ano 25	6,0%

Grupo San Roman

6.2. Evento de Liquidação

De forma subsidiária de satisfação do passivo, o GRUPO SAN ROMAN se reserva no direito de, quando houver saldo de fluxo de caixa, e a seu exclusivo critério, convocar os Credores para participar de um pregão, a fim de proporcionar a antecipação de pagamento em relação a proposta de Fluxo Programado apresentada neste Plano.

Os credores interessados em participar e que concederem os maiores descontos terão seus créditos satisfeitos conforme as regras a seguir expostas:

- a) Para definição da ordem de pagamento aos credores, será adotado procedimento similar ao conhecido como Pregão. Por esse critério, será pago primeiramente o credor que conceder o maior percentual de desconto em seu crédito, já determinando um desconto mínimo de 30% sobre o saldo devedor do Valor Base remanescente na data do leilão (já aplicado o deságio conforme a classe de crédito estabelecido no item 6.1);
- b) O mecanismo poderá ser repetido enquanto houver saldo disponibilizado pelo GRUPO SAN ROMAN;
- c) Na hipótese em que o valor disponível não seja suficiente para liquidar o total do Valor Base do crédito referente ao lance vencedor, a quitação será apenas parcial, proporcional ao valor efetivamente pago. O Valor Base remanescente permanecerá a crédito de seu titular e será rateado proporcionalmente às parcelas restantes para a liquidação do plano conforme proposta estabelecida na clausula 6.1;
- d) Caso haja mais de um credor vencedor do Leilão Reverso Financeiro e a soma dos respectivos créditos superar o montante destinado ao pagamento antecipado do crédito, será efetuado um rateio proporcional entre os credores vencedores, considerando-se como



Grupo San Roman

critério de rateio o número de credores vencedores, independentemente do Valor Base de seu crédito.

6.3. Credor Colaborativo

No intuito de possibilitar o pagamento do passivo com deságio menor ou inexistente, o GRUPO SAN ROMAN propõe de forma alternativa e adicional, uma aceleração na liquidação do passivo. A adesão dos credores a esta proposta não os excluirá do recebimento previsto na cláusula 6.1, e o benefício desta proposta alternativa vigorará por tempo indeterminado e limitará ao credor o recebimento total da dívida inscrita no rol de credores da Recuperação Judicial.

Inicialmente o valor recebido pelo credor que aderir esta modalidade será revertido para recomposição do valor desagiado. Quando o valor desagiado estiver recomposto, as antecipações incidirão sobre o valor não desagiado.

O credor que aderir poderá renunciar a qualquer momento à continuidade da negociação estabelecida, e o pagamento do seu crédito será pago conforme estabelecido na cláusula 6.1. Os valores apurados durante o período da proposta adicional serão liquidados normalmente até a data da efetiva desistência.

No caso de anulação da cláusula de credor colaborativo, por ser essencial ao plano de soerguimento, resta anulado também o plano de recuperação judicial, sendo de rigor a apresentação de novo plano e realização de nova AGC.

No caso de eventual venda de UPI, o credor colaborativo terá preferência no recebimento de seu crédito, sendo que, caso as condições de pagamento da UPI sejam mais aceleradas que o pagamento previsto nesta cláusula, os valores das parcelas deverão ser destinados ao credor colaborativo, até o exaurimento de seu crédito.

Ao aderir a esta modalidade de recebimento, os serão chamados de CREDITORES COLABORATIVOS, e serão classificados em dois grupos:



Grupo San Roman

- 1) CREDITORES FORNECEDORES
- 2) CREDITORES FINANCEIROS

6.3.1. Credores Fornecedores

Estão classificados neste grupo os fornecedores de produtos e ou prestadores de serviços recorrentes e prestadores de serviços pontuais. Poderão fazer parte deste grupo os fornecedores que mantiverem os fornecimentos mencionados acima a partir do ajuizamento do pedido de Recuperação Judicial, sendo que o Grupo irá priorizar as operações comerciais com esses credores, desde que os preços e condições de pagamento (relação comercial) sejam equivalentes, não obrigando, a aceitar condições inferiores as ofertadas por credores que não fazem parte do processo de Recuperação Judicial.

Os montantes fornecidos não terão valores mínimos limitados e ficará a cargo do Grupo aceitar a oferta dos fornecedores, tendo em vista o seu planejamento comercial e a necessidade de compra e/ou contratação de serviços. Para participar como credor colaborativo o mesmo deverá, caso se faça presente na AGC, votar favoravelmente ao PRJ, e/ou ainda, manifestar na AGC ou através de e-mail diretamente para o Grupo, o interesse inequívoco.

O credor não poderá obrigar o Grupo a realizar a compra em condições diferentes das que já foram praticadas e/ou que estejam fora dos preceitos praticados. A recomposição do deságio e posterior liquidação antecipada dos créditos respeitará as condições de prazos de pagamento e percentuais aplicados sobre o novo fornecimento conforme a seguir:

- A partir de 21 dias de prazo na fatura: 3,0% (sobre o crédito novo)
- A partir de 30 dias de prazo na fatura: 5,0% (sobre o crédito novo)

Os credores que aderirem a participar desta clausula de credor colaborativo e mantiverem as relações comerciais a partir do ajuizamento do pedido de



Grupo San Roman

RJ até a homologação do PRJ aprovado na AGC, conforme os prazos e percentuais acima estabelecidos, terão os valores apurados mensalmente através da “CONTA CORRENTE”, que poderá ser acompanhada pelo Administrador Judicial. O valor acumulado na conta corrente no período retro mencionado, será pago em até 30 dias uteis após a homologação do PRJ aprovado na AGC.

As relações comerciais realizadas após a homologação do PRJ aprovado na AGC, terão seus valores apurados mensalmente e o pagamento será realizado no dia 20 do mês subsequente ou próximo dia útil. Os créditos que já foram ou ainda serão sub-rogados, sob qualquer hipótese ou natureza, preservarão, nos termos do artigo 349, do Código Civil, os mesmos benefícios concedidos neste Plano de Recuperação Judicial, inclusive, mas não se limitando, àqueles concedidos aos Credores Colaborativos, conforme qualificado e definido neste Plano de Recuperação Judicial. Esta alternativa acima poderá ser ineficaz, pois está vinculada principalmente à disposição dos fatores e eventos que, ao todo, ou em parte, são alheios à vontade única do Grupo. Assim sendo, a eventual não efetivação das condições propostas nesta não caracterizará o descumprimento do plano, cabendo ao credor observar a cláusula 6.1 como condição mínima e certa de recebimento.

6.3.2. Credor Colaborativo Financeiro

Entende-se por Credor Colaborativo Financeiro aquele que: (a) fornece linhas de crédito de fomento mercantil, (b) linhas de desconto de recebíveis, (c) linha de comissárias e conta garantida, e (d) outras linhas de crédito para financiamento da atividade empresarial.

Os novos créditos ofertados não estão sujeitos a Recuperação Judicial, e não terão valores mínimos, carência e taxas definidas previamente, sendo a negociação comercial de cada operação realizada entre o credor e o GRUPO SAN ROMAN.

O GRUPO SAN ROMAN propõe aos credores o pagamento adicional de 3,0% sobre o valor do novo crédito liberado em conta corrente do Grupo. A apuração



Grupo San Roman

dos valores será realizada até o final de cada mês e a amortização antecipada da dívida será realizada até o décimo dia do mês subsequente.

Inicialmente os valores apurados serão direcionados para a recomposição do deságio apurado na cláusula 6.1, e quando este estiver totalmente recomposto, os valores apurados serão direcionados para a amortização do passivo não afetado pelo deságio.

Salienta-se que a alternativa acima poderá ser ineficaz, pois está vinculada principalmente à disposição dos fatores e eventos que, ao todo, ou em parte, são alheios à vontade única do Grupo. Assim sendo, a eventual não efetivação das condições propostas nesta não caracterizará o descumprimento do plano, cabendo ao credor observar a cláusula 6.1 como condição mínima e certa de recebimento.

6.4. Créditos não Sujeitos a Recuperação Judicial

Os créditos constantes na relação de credores que eventualmente forem classificados como não sujeitos a Recuperação Judicial, poderão ser negociados individualmente com o respectivo credor, conforme condições de cada modalidade de crédito não sujeito. É certo que os desembolsos de caixa para pagamentos desses créditos devem considerar a capacidade de pagamento, sob pena de inviabilidade financeira.

O GRUPO SAN ROMAN apresentou nos autos, conforme seu entendimento, a relação de créditos que não estão sujeitos a recuperação judicial, e salienta que efetuará os pagamentos desses créditos conforme a previsão dos contratos e/ou fluxo de pagamento pactuados.

O passivo tributário, que compõe o endividamento não sujeito a Recuperação Judicial, será parcelado de acordo com os programas disponíveis e a capacidade de geração de caixa do Grupo, e é de pleno entendimento que, para a completa recuperação e reestruturação, os tributos devidos devam ser liquidados.



Grupo San Roman

7. CONDIÇÕES GERAIS DESTE PRJ

7.1. Dos Bens Abrangidos pelo Plano

O GRUPO SAN ROMAN, em atenção e transparência frente aos seus credores, informa que todos os seus bens foram abrangidos pelo presente Plano de Recuperação e estão apresentados no Laudo de Avaliação de Bens e Ativos e avaliações complementares.

Trata-se dos ativos que estão diretamente empregados no exercício da sua atividade empresarial, sendo, portanto, indispensáveis à geração de caixa, e possibilitarão a continuidade das atividades, o cumprimento da proposta de pagamento da Recuperação Judicial e os pagamentos dos créditos não sujeitos ao processo Recuperacional.

7.2. Das Suspensões das Ações e Execuções dos Créditos Originários

Trata da necessidade de suspensões das ações e execuções daqueles créditos originários (cobrança dos créditos ainda nas condições e características originais, antes da ocorrência da novação das dívidas), em face do GRUPO SAN ROMAN e dos seus coobrigados (avalistas, garantidores, fiadores e devedores solidários), após a novação estabelecida pela homologação do PRJ aprovado na AGC, artigo 59² da LRFE.

² “Art.º 59. O plano de recuperação judicial implica novação dos créditos anteriores ao pedido, e obriga o devedor e todos os credores a ele sujeitos, sem prejuízo das garantias, observado o disposto no § 1º do artigo 50 desta Lei.

§ 1º A decisão judicial que conceder a recuperação judicial constituirá título executivo judicial, nos termos do artigo 584, inciso III, do caput da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.”...;



Grupo San Roman

Os créditos relacionados no Quadro Geral de Credores (ou aqueles casos em que ocorrer a preclusão do direito do credor ou na medida do trânsito em julgado de cada Impugnação Judicial no decorrer do processo de recuperação judicial), após a homologação do PRJ aprovado na AGC serão objetos de novação, assim como qualquer dívida que se enquadre no artigo 49, caput, do diploma legal em consonância com os parágrafos seguintes, ressalvadas aquelas ainda pendentes do cumprimento das disposições dos artigos 6º, §1º, §2º da LRFE. A homologação judicial do PRJ aprovado na AGC implica em constituição de título executivo judicial.

A aprovação do PRJ na AGC, ou na hipótese do artigo 58 da LRFE, implicará em novação de todas as obrigações sujeitas estabelecidas no artigo 59 do diploma legal, nos termos e para os efeitos propostos no presente PRJ e, em consequência, a suspensão das ações e execuções originárias (ressalvadas as exceções dos Arts. 6º, §1º, §2º da LRFE). Portanto, a suspensão estabelecida não prejudicará em nenhum momento os credores, e que, em caso de inadimplemento, a dívida novada é título executivo judicial e em caso de eventual descumprimento do PRJ (e, portanto, da dívida novada após a homologação judicial da aprovação), é garantida a condição resolutive durante o biênio legal (retorno ao *status a quo ante*), retomando normalmente as ações e execuções, antes suspensas, mantendo intactos e intocáveis os direitos dos credores.

7.3. Das Suspensões dos Efeitos Publicísticos e das Restrições Referente aos Créditos Originários

Após a homologação do PRJ aprovado na AGC, serão suspensos os efeitos publicísticos dos protestos junto aos respectivos tabelionatos competentes e das restrições junto aos órgãos de proteção ao créditos daqueles créditos originários (protestos e restrições na inadimplência ainda nas condições e características originais antes da ocorrência da novação das dívidas) em nome do GRUPO SAN ROMAN e dos coobrigados (avalistas, garantidores, fiadores e devedores solidários) – exemplificativamente, SERASA, Boa Vista, SPC, CADIN e afins –, relacionados no Quadro Geral de Credores (ou naqueles casos em que ocorrer a preclusão do direito do

Grupo San Roman

credor ou na medida do trânsito julgado de cada impugnação judicial no decorrer do processo de recuperação judicial).

A suspensão dos efeitos publicísticos dos protestos e restrições em virtude da homologação do PRJ aprovado na AGC, ou na hipótese do artigo 58 da LRFE, decorre da novação de todas as dívidas, já mencionadas no item 7.2. Em caso específico de falência, após a homologação do PRJ aprovado na AGC, por eventual descumprimento do PRJ (e, portanto, da dívida novada), é garantida a condição resolutiva durante o biênio legal (retorno ao status a quo ante), retomando regularmente os efeitos publicísticos e de divulgação, antes suspensos, mantendo intactos e intocáveis os direitos dos credores.

7.4. Da Nulidade Parcial

Caso alguma das cláusulas deste PRJ seja futuramente considerada inaplicável ou nula por qualquer razão, o PRJ não perde sua eficácia e/ou vigência relativamente ao restante de seu conteúdo e obrigações. No caso de uma ou mais das disposições aqui contidas serem inválidas, ilegais ou inexecutáveis em qualquer aspecto, a validade, legalidade ou exequibilidade das demais disposições aqui contidas não deverão ser, de nenhum modo, afetadas ou prejudicadas por isto.

7.5. Local de Pagamento

Os pagamentos serão realizados diretamente a cada credor, e o recibo simples, elaborado pelo próprio credor, assim como a simples transferência eletrônica (TED ou DOC), servirão como comprovação de pagamento. Outros meios, tais como em dinheiro, cheques, compensações, dação em pagamento, dentre outras poderão ser aceitas como forma de pagamento e deverá conter recibo simples mencionando a forma.

Os credores terão obrigatoriedade de enviar ao GRUPO SAN ROMAN os dados bancários para que seja efetuado cada pagamento, mediante correio eletrônico endereçado ao e-mail: pagamento.rj@sanroman.com.br, os seguintes dados:



Grupo San Roman

<u>Pessoa Física</u>	<u>Pessoa Jurídica</u>
Nome completo do credor	Razão Social do credor
CPF	CNPJ
Cópia de documento válido com foto	Cópia da última alteração/consolidação contratual (contrato social ou estatuto)
Telefone válido para contato	Cópia de documento válido com foto e telefone do representante legal
Dados bancários completos: Instituição financeira; código bancário; agência; conta do titular (credor)	Dados bancários completos: Instituição financeira; código bancário; agência; conta do titular (credor)

Caso o beneficiário do pagamento não seja o credor originário, toda documentação pertinente à alteração de titularidade do crédito deverá ser enviada ao Grupo.

Na eventualidade de alteração dos dados bancários (ou do titular do crédito) durante o período de pagamento, caberá ao titular do crédito comunicar ao GRUPO SAN ROMAN, por meio do mesmo endereço eletrônico, tal alteração. Sob nenhuma hipótese, o Grupo será responsabilizado por dados informados erroneamente ou defasados, cabendo ao credor total responsabilidade pelo eventual não pagamento de seu crédito caso isso ocorra por este motivo.

Caso o credor não informe os dados bancários para pagamento, isso não implicará em descumprimento do PRJ. No caso de o credor informar os dados bancários com atraso, a data do início da contagem de pagamento será 90 dias após a comunicação.

Por fim, caso qualquer pagamento ou obrigação estabelecida no presente PRJ esteja prevista ou estimada para ser realizada ou satisfeita em dia que não seja DIA ÚTIL, o referido pagamento/obrigação será realizado ou satisfeito no primeiro DIA ÚTIL subsequente.



7.6. Inadimplemento de Obrigações

Caso ocorra o descumprimento tempestivo de qualquer obrigação prevista no PRJ em razão da não comunicação, por parte do credor, dos dados bancários corretos, completos e necessários para os pagamentos devidos, não será considerado o descumprimento da obrigação prevista, não cabendo imputar o GRUPO SAN ROMAN qualquer penalidade, ou qualquer tipo de juros ou multa moratória em razão do eventual atraso que venha a ocorrer para o adimplemento da obrigação.

O Grupo terá disponível um período de cura, de 5 dias úteis contados a partir da ocorrência do descumprimento, para sanar qualquer irregularidade apontada no cumprimento do presente PRJ, antes de se configurar descumprimento do presente.

7.7. Passivos Ilíquidos

Todos os créditos que sejam decorrentes de obrigações oriundas de relações jurídicas firmadas anteriormente ao processamento da Recuperação Judicial, ainda que não vencidos ou que sejam objeto de disputa judicial e/ou procedimento arbitral em andamento ou que venha a ser instaurado, também serão novados e estarão integralmente sujeitos aos efeitos do PRJ, nos termos do artigo 49 da LRFE, de forma que, se aplicável, o saldo credor a ser liquidado sujeitar-se-á aos termos e condições previstos no PRJ de acordo com sua respectiva classe de credor, desde que a devida liquidação do crédito esteja transitada em julgado. Esses créditos, quando inseridos no Quadro de Credores, passarão a receber o valor devido nas formas determinadas pelo Plano; todavia, não terão direito retroativo sobre pagamentos já efetuados no âmbito da Recuperação Judicial.



Grupo San Roman

7.8. Créditos de Partes Relacionadas e Empresas Coligadas

Caso no momento da homologação do PRJ aprovado na AGC exista, ou durante o cumprimento do PRJ seja apurado, crédito existente entre as Recuperandas que compõem o GRUPO SAN ROMAN, controladas, afiliadas, coligadas e subsidiárias, sujeito aos efeitos do presente instrumento, este não será pago até que seja quitado o passivo dos demais credores da respectiva Classe, nos termos das cláusulas 6.1. e seguintes.

7.9. Alteração do Plano de Recuperação Judicial

O presente PRJ poderá, a qualquer tempo, sofrer modificações e/ou aditamentos, os quais somente serão válidos quando realizados por escrito e devidamente protocolizados junto aos autos da RJ, antes de sua aprovação na AGC.

Poderá ainda ser alterado após sua aprovação, entretanto será convocada uma AGC especificamente para essa finalidade, sendo observados os critérios estabelecidos nos artigos 45 e 58, ambos da LRFE, deduzindo todos aqueles pagamentos anteriormente realizados na forma originalmente estabelecida no presente PRJ.

7.10. Da Prevenção ao Pagamento em Duplicidade

A Homologação do presente PRJ implicará na novação das dívidas a ele sujeitas, não alcançando coobrigados ou devedores solidários (codevedores). No entanto, caso a dívida seja integralmente paga ao credor original pelos coobrigados ou devedores solidários, tal qual originalmente prevista nos respectivos instrumentos, estes se sub-rogarão nos direitos do credor original perante o Grupo, sendo-lhes aplicável, de qualquer sorte, as condições de pagamento previstas neste PRJ.



Grupo San Roman

Caso a dívida seja apenas parcialmente paga por outra fonte (coobrigados, devedores solidários, assim constituídos judicialmente ou por contrato, ou mesmo terceiros) estes permanecerão respondendo pela dívida original, que será considerada quitada quando do pagamento integral, tal qual originalmente prevista nos respectivos instrumentos, pela somatória dos pagamentos do presente PRJ com os pagamentos realizados por outras fontes, sendo, de igual forma, preservado o direito de regresso, se for o caso, em face do Grupo, condicionado aos termos do presente PRJ.

Na eventualidade de ser apurado, na data do pagamento de qualquer parcela deste PRJ, que o credor já tenha recebido a integralidade da dívida original (ou esta tiver sido alcançada pela somatória de pagamentos), este deverá devolver imediatamente a diferença nos valores pagos.

O cumprimento do presente PRJ não está condicionado, além do previsto nesta cláusula, ao cumprimento de qualquer outra obrigação por parte de devedores coobrigados e solidários. O eventual não pagamento por parte destes (codevedores) não implica, em hipótese alguma, no descumprimento do presente PRJ.

7.11. Operações Societárias

O GRUPO SAN ROMAN poderá, durante e após o período de Recuperação Judicial, utilizar-se de quaisquer operações societárias, tais como aquelas previstas na Lei 11.101/2005, entre si ou com outras empresas, sem que isto interfira no cumprimento do presente PRJ ou no direito creditício dos Credores, nos termos da legislação aplicável.

Fica, ainda, ressalvado que, durante o cumprimento do presente PRJ, o GRUPO SAN ROMAN não poderá realizar, em favor de seus acionistas atuais, pagamentos de dividendos, juros sobre o capital próprio, redução de capital, dentre outras.



Grupo San Roman

7.12. Das Discussões Judiciais

Caso a homologação do presente PRJ resolva, no todo ou em parte, litígio judicial entre o Grupo e seus credores, as partes desde já concordam que, ocorrendo extinção da(s) demanda(s), cada parte arcará com os custos de seus respectivos advogados, inclusive sucumbenciais.

7.13. Do Foro

Os direitos, deveres e obrigações decorrentes do PRJ deverão ser regidos, interpretados e executados de acordo com as leis vigentes na República Federativa do Brasil. Todas as controvérsias ou disputas que surgirem ou estiverem relacionadas ao PRJ serão resolvidas pelo Juízo da Recuperação.

Curitiba/PR, 02 de Março de 2021.

Anuente:

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
GRUPO SAN ROMAN (assinado digitalmente)
(em Recuperação Judicial)

Responsável Técnico:

AALC Consultoria, Assessoria e Treinamento Ltda.
Agnaldo Antônio Lopes Cordeiro
Diretor Presidente

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Fábio André Meneghini
Perito Contador

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Dirceu José Martello
Contador

